

MARXISMO, NACIONALISMO E CULTURA: caio prado jr. e a revista brasiliense

FERNANDO PAPATERRA LIMONGI

Introdução

Publicada entre 1955 e 1964, a *Revista Brasiliense (R.B.)* figura entre as principais fontes para o entendimento do debate político e ideológico de seu tempo. As marcas da vida política do país já estão estampadas nas próprias datas que limitam sua existência. Ainda que seus editores não façam menção ao evento, não se pode deixar de relacionar o lançamento de uma revista de cunho nacionalista às conseqüências políticas do suicídio de Vargas. No outro extremo, o golpe de março de 64 está diretamente ligado ao fechamento da publicação. O quinquagésimo-primeiro número da revista, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 1964, foi o último a chegar ao público. O número seguinte já estava pronto e foi apreendido e destruído na gráfica.

Uma compreensão global da *R.B.* deve tomar como ponto de partida, portanto, este cenário mais amplo, buscando estabelecer, tanto quanto possível, os laços e vínculos da publicação com o mundo político ideológico vigente. O foco da análise, inicialmente, concentrar-se-á justamente neste ponto, buscando apontar as relações existentes com os partidos políticos, em especial com o PCB, e com o movimento nacionalista. Se este é um aspecto essencial para uma visão de conjunto da *R.B.*, no cenário político sua posição está marcada pelo isolamento, levando-nos, necessariamente, a questionar as possibilidades de se captar o "sentido" (usando uma expressão cara a Caio Prado Jr.) da publicação tão-somente a partir de suas posições políticas.

A análise, portanto, é levada a extrapolar a face política da publicação, buscando encontrar novas dimensões que auxiliem uma compreensão mais abrangente. O que este texto sugere é que a *R.B.* deve ser analisada tendo em conta os seus vínculos com o mundo cultural paulista e as transformações pelas quais este passa durante o período de publicação da *R.B.* A partir de algumas comparações entre a *R.B.* e *Anhembi*, a análise procurará demonstrar que, a despeito da distância ideológica que as separa, as duas publicações estão bem mais próximas do que se imagina. A explicação desta aproximação passa pelo solo comum a ambas, isto é, o mundo cultural paulista.

Origem e relações com o PCB

A data de lançamento do primeiro número da *R.B.* coincide com os momentos finais da campanha eleitoral de 1955, na qual Juscelino e Juarez Távora disputam a presidência. Esta campanha, como se sabe, insere-se em um período de crise política, cujos ápices são o suicídio de Vargas e o contragolpe do Marechal Lott. Para a análise da publicação, o que é preciso ressaltar nesta conjuntura é o efeito da carta testamento de Getúlio sobre a estruturação do movimento nacionalista.

O "Manifesto da Fundação" da *R.B.* é uma decidida e clara afirmação de princípios nacionalistas, aproveitando-se, assim, do clima político favorável criado com o suicídio de Vargas. *Brasiliense* pretende ser uma revista "em torno da qual se congreguem escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos" e que tenham por objetivo a superação do "atraso econômico do país visando a melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura" ("Manifesto de Fundação", *R.B.*, n.º1, 1955, p. 1 e 2).

Engajando-se na luta nacionalista, a *R.B.*, no entanto, não pode ser automaticamente vinculada às forças políticas que disputavam o legado getulista. Especificar a linha política defendida nas páginas da publicação é um dos objetivos centrais deste trabalho e o primeiro passo neste sentido passa pela definição das relações *PCB-R.B.*

Como se lê em seu "Manifesto de Fundação", a *R.B.*, "sem ligações de ordem política e partidária, será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores" ("Manifesto de Fundação", *R.B.* n.º 1, 1955, p.2). No entanto, a consulta a lista de colaboradores revela uma nítida predominância de pessoas vinculadas ao PCB. As contabilidades básicas a este

respeito encontram-se condensadas nos Quadro I e Quadro II. A pretensão de ser apartidária não se choca com este dado, isto é, com a nítida predominância de militantes do PCB nas páginas da *R.B.* Estamos diante de uma publicação dirigida por membros do *PCB* sem ser seu órgão oficial. É preciso, desde já, afastar hipóteses equivocadas sobre a natureza das relações *PCB-R.B.* A revista não é órgão oficial e tampouco é veículo de uma facção interna com pretensões de conquistar o poder.

Para afastar esta hipótese basta dizer que apesar da presença de algumas críticas à linha política do Partido, em nenhum momento encontra-se qualquer repercussão de suas lutas internas nas páginas da revista. Por exemplo, a luta entre "fechadistas" e "abridistas", que se desenrola na esteira das revelações de Krushev no XX Congresso, não é sequer mencionada nas páginas da revista. Não só a publicação passa ao largo das principais disputas do *PCB*, como também os dirigentes do Partido no período, mesmo os derrotados, não figuram entre os colaboradores da *R.B.* (1).

Se de 55 em diante, os colaboradores da *R.B.* estão ausentes dos principais debates e disputas no interior do Partido, o mesmo não se pode dizer do passado. As consultas às crônicas partidárias revelam a participação de alguns colaboradores da *R.B.* em momentos decisivos da vida do Partido. Octávio Brandão e Heitor Ferreira Lima ocuparam altos postos na hierarquia partidária. Nos primeiros anos de existência do Partido, Brandão é aliado dos postos de direção com o advento do "terceiro período", sendo responsabilizado pelos principais "erros" cometidos pelo Partido até então. Ferreira Lima é beneficiado por esta mesma guinada, chegando a ocupar a secretaria geral do partido no início dos anos 30. Perde rapidamente sua posição e por sua participação nos eventos que culminaram na cisão Sachetta, em 37, acaba expulso do Partido.

Em suas memórias, Heitor Ferreira Lima (1982) refere-se a um grupo de remanescentes desta disputa que virá a formar o chamado "comitê de ação em 43", no qual Caio Prado Jr. figura como um dos líderes. Pela aventada linha de continuidade, por seus membros e pelo conteúdo das disputas, estes episódios merecem alguma atenção.

O que estava em causa em 37 era a sucessão presidencial. O Comitê Regional de São Paulo, dirigido por Sachetta, não aceitou a posição adotada pelo secretário geral do Partido, Lauro Reginaldo Rocha, o "Bangu", que defendia o apoio a candidatura José Américo de Almeida. Para os paulistas, acusados de defenderem o apoio a Armando Salles de Oliveira, tal posição significava caminhar em direção a "formas de colaboração aberta com o fascismo getulista". Segundo Heitor Ferreira Lima, o seu grupo proporia "a formação de ampla frente única democrática, criticando as plataformas dos candidatos, de forma a forçá-los a assumirem compromissos cada vez maiores com os interesses populares" (Lima, 1982, p. 210-211).

CAIO PRADO JR. E A REVISTA BRASILIENSE

29

Quadro I — Principais colaboradores da *R.B.*

COLABORADORES	1955 (ns. 1 a 2)	1956 (de ns. 4 a 8)	1957 (de ns. 9 a 17)	1958 (de ns. 15 a 20)	1959 (de ns. 21 a 26)	1960 (de ns. 27 a 32)	1961 (de ns. 33 a 38)	1962 (de ns. 39 a 44)	1963 (de ns. 45 a 50)	1964 (n. 51)	TOTAL
Elias Chaves Neto	2	6	6	5	6	6	7	5	4	—	47
Caio Prado Jr.	1	5	2	2	4	4	4	6	1	1	31
Heitor Ferreira Lima*	2	5	5	3	3	4	4	2	—	—	28
Alyaro de Faria	1	2	4	1	4	1	4	6	3	—	26
Everardo Dias	2	6	5	2	3	3	—	—	1	—	22
Paulo Alves Pinto	1	2	5	2	—	—	2	1	2	—	15
Florestan Fernandes	—	1	—	1	1	2	2	1	4	—	12
F. Pompeo do Amaral	1	6	1	4	—	—	—	4	—	—	12
Samuel R. Pessoa	1	2	—	1	3	1	1	1	2	—	12
Octávio Brandão	—	—	—	1	—	3	4	2	1	—	12
Paulo Dantas	—	1	4	1	1	1	—	—	—	—	11
Lenory Dorin	—	—	—	—	—	2	4	2	2	—	10
J. R. Vasconcelos	—	—	3	2	2	1	1	—	—	—	9
Henrique Alves	—	—	1	2	—	1	2	1	1	—	8
Pinto Ferreira	—	—	1	2	2	1	1	—	—	—	7
Cruz Costa	1	1	—	1	1	—	—	—	—	—	5

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Catulo Branco	—	—	—	1	—	1	5	—	—	—	7
Jamil Almansur Hadad	—	—	—	2	—	3	1	—	—	1	7
F. Henrique Cardoso	—	—	1	1	2	1	—	1	—	—	6
Octávio Ianni	—	—	1	1	1	2	1	—	—	—	6
Olo Alcides Ohlweiler	—	—	1	3	1	—	—	—	—	—	5
Roberto Simões	—	—	—	—	—	—	2	1	2	—	5
Hermínio Linhares	—	—	—	—	2	1	—	—	2	—	5
Salomão Schatan	1	—	1	1	1	—	1	—	1	—	5
Orlando Sampaio Silva	—	—	—	—	—	—	1	1	2	—	4
Pedro Silva Dantas	—	—	1	—	1	—	—	2	—	—	4
José Chasin	—	—	—	—	—	—	—	2	2	—	4
Edgard A. Graeff	—	1	3	—	—	—	1	—	—	—	4
Dorian Jorge Freire	—	—	—	2	2	—	—	—	—	—	4
Sérgio Millet	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	4
Gerson Knispel	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	4
Wilson Carneiro	—	—	—	—	—	—	—	1	3	—	4
M.ª de Lourdes Teixeira	—	2	—	1	—	—	—	—	—	—	3
Mário da Silva Brito	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	3
Michael Lowy	—	—	—	—	—	1	—	2	—	—	3
Sérgio Magalhães	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	3
Castiano Nunes	—	—	1	1	1	—	—	—	—	—	3
Edgard Cavulheiro	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	3
E. Carrera Guerva	1	1	—	1	—	—	—	—	—	—	3
Luis Pereira	—	—	—	—	—	1	—	1	1	—	3
Fernando Jorge	—	1	3	—	—	—	—	—	—	—	3
José de Castro	1	—	—	—	—	—	1	1	—	—	3

* Nos números 9, 25, 26 e 35 os artigos computados a Heltor Ferreira Lima aparecem sob o pseudônimo de Alcindo da Cunha Xavier.

Quadro II — Conselho de redação

Membros	Período em que esteve no Conselho (do N. ... a ...)	Número de artigos publicados*
Sérgio Milliet	1 a 51	4
Caio Prado Jr.	1 a 51	31
Edgard Cavalheiro	1 a 17	3
Sérgio B. de Holanda	1 a 8	1
João Cruz Costa	1 a 51	7
E. L. Berlinck	1 a 51	3
Alvaro de Faria	1 a 51	26
Nabor Caires Brito	1 a 51	—
Castelo Branco	9 a 51	7
Fernando Cardoso	9 a 13	6
Fernando Pedreira	9 a 12	2
Heitor F. Lima	9 a 51	24 (+ 3)
Paulo A. Pinto	9 a 51	15
Paulo Dantas	9 a 51	11
Eduardo Sucupira F.*	35 a 51	2
Gerson Knispel	35 a 51	4
L. Izrael Frebot	45 a 51	2
Jean C. Bernadet	45 a 51	—
Maurice Capovilla	45 a 51	—

* Resenhas e críticas e pequenas notas não são computadas como artigo. Com isto, a presença de Paulo Dantas, sobretudo este, Gerson Knispel, L. Izrael Frebot, Jean Claude Bernadet e Maurice Capovilla não é bem captada através dos números de artigos publicados.

A relação com o Catete e, óbvio, com seu ocupante, seria o centro das novas disputas quando da reorganização do Partido que se segue a entrada do Brasil na guerra. O relato destes acontecimentos por Ferreira Lima é bastante significativo. Diz ele: "a conferência reunida na Serra da Mantiqueira em 1943, composta de nordestinos partidários de

Bangu em 1937, cria uma Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), aclamando Prestes seu secretário geral, manifestando-se contra o fascismo e pela libertação dos povos a ele subjugados, assinalando, no entanto, não ser fascista o governo de Getúlio Vargas, propugnando, então, união nacional em torno dele e apoio irrestrito à sua política de guerra" (1982, p. 275 e 276 - grifos meus).

Contra esta posição, estaria, ainda segundo o mesmo depoimento, "o grupo partidário que mantínhamos em São Paulo, remanescente dos oponentes ao oportunismo de Bangu em 1937, acrescido de outros... Em revistas locais, como *Ilustrada* e *Hoje*, defendíamos os aliados na guerra, suscitando ao mesmo tempo os problemas nacionais, sem visar qualquer união nacional em torno de Getúlio e seu Governo Nacional, como se fazia no Rio" (1982, p. 276). Esta ala organizou-se em torno do "Comitê de Ação" que, na caracterização de Leônico Martins Rodrigues, seria formado principalmente por intelectuais paulistas, sendo seus líderes Caio Prado Jr. e Mário Schemberg. Enquanto alternativa a aliança com o governo Vargas, o "Comitê de Ação" preconizaria a "formação de uma 'união democrática nacional' com outros elementos de esquerda e democratas-liberais de modo a se opor a Vargas e ao Estado Novo" (2) (Rodrigues, 1983, p. 404). A derrota deste grupo frente a CNOP teria levado alguns de seus membros a abandonar o Partido e a formar a Esquerda Democrática, embrião do PSB.

Portanto, baseando-se em Heitor Ferreira Lima, seria possível detectar a existência de um grupo de militantes do PCB de São Paulo que por duas vezes, 37 e 43, entrou em choque com os órgãos centrais do Partido que propunham alianças com forças getulistas. Estender a continuidade deste grupo, ligando-o a *R.B.*, pode ser uma hipótese sugestiva. No entanto, apesar de algumas indicações a seu favor, há, também, evidências fortes a desautorizá-la. Tudo indica que buscando estabelecer a existência ou não destas conexões, enveredaríamos por caminhos tortuosos e não muito significativos para este texto. Dos dois eventos narrados basta-nos frisar o seu aspecto essencial: a derrota no interior das lutas partidárias dos colaboradores da *R.B.* Como se mostrará a seguir, amargar derrotas na luta partidária parece ser o traço a unir os principais colaboradores da *R.B.* de que se tem informações.

O insucesso do "Comitê de Ação" não retirou Caio Prado Jr. definitivamente da liça. No debate preparatório ao IV Congresso do PCB, a se reunir a 23 de maio de 1947, Caio Prado Jr. questionou frontalmente as teses oficiais sobre a questão agrária, negando a existência do feudalismo no Brasil e, por conseguinte, taxando de reacionária a reforma agrária defendida nas referidas teses (3). Embora o Congresso não tenha sido realizado em virtude da cassação do registro do PCB, os acontecimentos posteriores comprovam que as críticas de Caio Prado Jr. não foram aceitas pela cúpula do partido, ou seja, neste ponto capital para a determinação da política partidária, as divergências de Caio Prado Jr. com a linha oficial não só eram públicas, como também evidenciavam a distância em que se encontrava dos grupos dirigentes.

Mas, não só nos confrontos decisivos os principais colaboradores da *R.B.* foram derrotados. Há outros episódios que se não são tão importantes, demonstram a fraqueza política dos autores reunidos por *Brasiliense* dentro do Partido. O jornal diário do PCB em São Paulo funcionava no prédio da Editora Brasiliense e o seu título (*Hoje*) fora doado por Caio Prado Jr. ao Partido. A despeito desta decisiva colaboração, Caio Prado Jr. é rapidamente marginalizado no interior do jornal e incompatibiliza-se com o seu diretor, Milton Caires Brito, dirigente do Partido em São Paulo, retirando-se de seu corpo editorial. O mesmo ocorreu com Elias Chaves Neto que, por ser um profissional da área de jornalismo, poderia ser muito útil a um jornal levado adiante por militantes. Álvaro de Faria também teve o mesmo destino. Ou seja: apesar das condições extremamente favoráveis, nem a imprensa regional do Partido tem lugar para aqueles que virão a constituir a *R.B.* (4).

A consulta às listas dos concorrentes do Partido à constituinte de 46 revelam novos insucessos dos colaboradores da *R.B.* Apresentam-se como candidatos do Partido Caio Prado Jr., Catulo Branco e Samuel B. Pessoa por São Paulo e Oto Alcides Ohlwieler pelo Rio Grande do Sul. Nenhum deles se elege. A exceção de Samuel B. Pessoa, todos voltam à carga quando das constituintes estaduais Todos se elegem. Catulo Branco e Caio Prado Jr. obtêm as duas últimas cadeiras da bancada comunista de São Paulo, a décima e a décima primeira cadeira respectivamente, enquanto Oto Alcides Ohlwieler é o mais votado em uma bancada de três deputados (5).

Como se vê, as poucas informações que temos quanto à participação dos principais colaboradores da *R.B.* no interior da luta partidária apontam em um mesmo sentido. Poucos foram os que chegaram a ter peso nestas disputas e os que dela participaram já se encontravam definitivamente alijados dos centros de poder do PCB quando se inicia a publicação da *R.B.* Mais que isto, a reconstrução das relações entre os principais membros de *Brasiliense* e o PCB permite um melhor entendimento dos pontos de conflito entre ambos. As "teses" defendidas pela revista que entram em choque com a orientação oficial do Partido, em verdade, não eram novidades. Pelo contrário, já haviam sido testadas e derrotadas em confrontos anteriores. Romper com a camisa-de-força do esquema partidário personalista herdado do varguismo em busca de uma expressão político-partidária autônoma e negar o caráter feudal da agricultura brasileira não eram propostas políticas novas. Pelo contrário, já haviam sido devidamente sepultadas nos confrontos mencionados acima. Isto indica as suas escassas chances de sucesso, se é que tinham alguma.

O que pode ser chamado de linha programática básica da *R.B.*, isto é, as posições enfática e repetidamente defendidas em seus *editoriais* (6), vai além dos dois pontos citados acima. Há um outro ponto de confronto com a ortodoxia partidária, qual seja, a defesa que Elias Chaves Neto faz do valor universal da democracia. Se lidos com atenção, estes textos podem valer a seu autor o título de precursor do eurocomunismo no Brasil. Mas não é este o ponto que nos interessa aqui, o fato é que a defesa destas teses, em sua contribuição para o primeiro número da *R.B.*, valeu-lhe uma censura direta de Luís Carlos Prestes. Em artigo publicado na *Voz Operária* de 28 de abril, Prestes ataca, entre outros, este ponto, taxando Elias Chaves Neto de reformista. É evidente que esta idéia apesar de todo reformismo que se possa apontar na prática efetiva do PCB, não entrava sequer no campo das cogitações dos dirigentes do PCB.

Prestes não foi o único a recepcionar criticamente a nova iniciativa editorial. Em *Fundamentos*, revista de cultura ligada ao Partido e editada em São Paulo desde 1948, encontramos, em seu número 39 de novembro de 55, um questionamento quanto as verdadeiras intenções da publicação: "O aparecimento de uma revista com um determinado programa nunca é obra de acaso. E isso se verifica em face da declaração de princípios da *Revista Brasiliense* que propõe-se a congregar 'escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos'. Subentendendo-se que, para a revista, nada foi realizado a este respeito até agora" (p. 107). Após criticar o programa defendido pela revista, que, devido sua insistência na tese da necessidade da constituição de um mercado interno vigoroso, é tido por vinculado aos interesses dos "homens de negócio", e notar de passagem a presença na revista "de um renegado do movimento revolucionário, Heitor Ferreira Lima", o comentário atinge seu alvo: "E aqui chegamos ao centro da posição política da revista, em perfeita concordância com sua conclusão ideológica e de classe. A *Revista Brasiliense* não reconhece em nenhuma de suas páginas o papel dirigente da classe operária e de seu partido de vanguarda, o Partido Comunista do Brasil, como essa força capaz de impulsionar o movimento de renovação" (p. 109). A área perigosa em que se movimentava a publicação, e suas conseqüências, são claramente apontadas no parágrafo final do artigo: "Por tudo isso achamos inadmissível a presença, entre os diretores e orientadores da *Revista Brasiliense*, de membros do PCB, como Elias Chaves Neto, Caio Prado Jr. e outros que ali aparecem subscrevendo aquela declaração de princípios e assinando artigos de colaboração" (p. 109) (7).

A crítica fala por si, dispensando praticamente comentários. Se tomada em conjunto com a de Prestes, então Secretário Geral do PCB, não será difícil perceber o grau de suspeição com que os quadros partidários recebiam a iniciativa editorial. A resposta de Elias Chaves Neto à crítica que lhe foi endereçada por Luís Carlos Prestes, publicada no quinto número da *R.B.*, evidencia a busca de uma acomodação com o PCB. A hierarquia partidária, como se depreende nesta passagem, não era questionada: "As críticas não me parecem procedentes. Digo-o a contragosto, não somente por causa do acatamento que me merece o seu alto posto de Secretário Geral do Partido Comunista do Brasil, como em virtude da admiração pessoal que tenho pelo heroísmo da sua vida, toda ela dedicada ao serviço da revolução libertadora do nosso povo" (*R.B.* n.º5, maio-junho, 1956, p. 2 e 3). O "acatamento do seu alto posto", no entanto, não significa, para Elias Chaves Neto e para os principais colaboradores de *Brasiliense*, a renúncia ao dissenso e à crítica. Crítica que, entenda-se bem, deveria ser lida como posição pessoal e não de um grupo de *Brasiliense* estaria a vocalizar. E este é um aspecto essencial a ser frisado na resposta de Elias Chaves Neto, posição posta de forma meridiana no parágrafo com que encerra seu artigo: "mas mesmo que esteja errado; que a visão dos problemas aqui expostos seja reformista - no que não posso concordar - e ainda assim é um erro puramente pessoal. Teria sido cometido num artigo assinado cuja responsabilidade cabe inteira e exclusivamente à pessoa que o assinou, isto é, a mim, mesmo sob um critério puramente legal, erro que, portanto, não pode tornar-se extensivo aos demais colaboradores da revista, aos amigos da *Revista Brasiliense*, como diz o Sr. Luís Carlos Prestes" (p. 11). Não será perda de tempo frisar a necessidade de desmistificar a provável existência, vislumbrada por Prestes, de um grupo de "amigos da *Revista Brasiliense*".

Conhecidas as velhas desavenças entre o Partido e os mentores da *R.B.*, não é de estranhar que as lideranças partidárias desconfiassem dos fins da iniciativa editorial. Elias Chaves Neto apressa-se em eliminar a hipótese que nossa análise já afastara. O fato tem interesse por permitir uma visão mais acurada da posição e relação dos principais membros da *R.B.* com o Partido. Os laços com o Partido eram frágeis, quase a romper-se. No entanto, apesar das críticas endereçadas ao PCB, esta situação se mantém inalterada durante todo o período da publicação da revista. Em desacordo profundo com a linha oficial do Partido, marginalizados politicamente, os mentores da *R.B.* não fazem do periódico que editam um meio para reverter esta posição. Em verdade, optando por dirigir-se ao público externo ao Partido e evitando deliberadamente qualquer confronto com o aparelho partidário, a revista pode ser tomada como a expressão da resignação ante a derrota e a marginalização no Partido e, neste sentido, como a acomodação possível com este (8).

A posição deste grupo no PCB era extremamente incômoda durante a vigência do *Manifesto de Agosto*. Em desacordo com a palavra de ordem adotada e aliados das publicações ligadas ao Partido, aqueles que viriam a fundar a *R.B.*, para usar as palavras de um de seus membros, sentiam-se "comprimidos em termos de expressão do pensamento". A reviravolta política do PCB após o suicídio de Vargas foi acompanhada pelo alívio da pressão exercida pela ortodoxia partidária, o que permitiu que estes comunistas lançassem uma revista que funcionasse "como um fórum onde pudessem

debater o seu pensamento, onde pudessem debater realmente aquilo que julgavam próprio para o momento". A *R.B.* seria, assim, a possibilidade deste grupo expressar-se, respondendo a uma necessidade que é "própria ao intelectual: se você está pensando, você evidentemente quer exprimir o que você está pensando, você quer debater fora de um círculo restrito" (9). Desde que foram respeitadas as necessidades próprias aos intelectuais, os "Amigos da *Brasiliense*" conviveram com o PCB.

O perfil do grupo de mentores da *R.B.* pode ser traçado a partir das informações disponíveis e encontram-se condensados no Quadro III. Identificáveis como os fundadores e mais diretamente responsáveis pela publicação, temos um grupo de comunistas, em geral militantes da mesma célula, com formação universitária - a maioria pode ser chamada de profissionais liberais - sem grande projeção ou especialização no campo intelectual (Caio Prado Jr. e Samuel Pessoa seriam as exceções) e ligados entre si por laços de família e amizade.

Por exemplo, Álvaro de Faria era médico. Especializado em doenças pulmonares, atendia em seu consultório particular. Herdara bens que lhe garantiam independência econômica. Elias Chaves Neto conheceu-o após a redemocratização de 45 na redação do jornal *Hoje* e, com o tempo, vieram a se tornar íntimos (10). A sua produção intelectual é assim apresentada pelo amigo: "Compreendendo a importância dos fundamentos filosóficos na luta pelo socialismo, Álvaro de Faria dedicou-se ao estudo da filosofia, publicando diversos trabalhos" (ECN, 1977, p. 75). De fato, durante a vida da *R.B.*, Álvaro de Faria, publicou *Introdução ao Estudo do Formalismo e das Contradições*, em 1960, pela Editora Brasiliense; onde, não será demasiado lembrar, Elias Chaves Neto trabalhava desde 1953. Com pequenas alterações o mesmo perfil quanto à origem sócio-econômica, formação profissional e atividades no campo intelectual são válidas para Catulo Branco, Samuel B. Pessoa e Paulo Alves Pinto (11).

Elias Chaves Neto, nascido em 1898, era primo de Caio Prado Jr., sendo que as duas famílias estavam associadas no mundo dos negócios há pelo menos duas gerações (12). O ponto alto desta aliança familiar estaria representado na *Casa Prado, Chaves e Cia.*, uma das principais, se não a principal, firmas nacionais a atuar na exportação de café. Não se esgotavam aí os negócios conjuntos das duas famílias, que englobavam também interesses nos transportes ferroviários e atividades pioneiras no loteamento do balneário do Guarujá. A boa posição econômica da família permitiu que Elias Chaves Neto percorresse o caminho educacional reservado aos membros mais destacados da elite paulista: estudos secundários na Europa e o diploma de direito na Faculdade do Largo de São Francisco, obtido em 1922.

As dificuldades enfrentadas pela economia cafeeira afetam diretamente a situação econômica de sua família. Após breve passagem pelo serviço público, Elias Chaves Neto emprega-se no departamento jurídico das Empresas Elétricas Brasileiras (uma subsidiária da Electric Bond and Share Company) onde faz uma rápida e bem-sucedida carreira. Em meio a retração dos negócios da firma, demite-se em 1935. Retornando a São Paulo passa a frequentar cursos na Faculdade de Filosofia, quando, sob a influência do professor Maugué, teria se "convertido" ao marxismo. Neste momento, sua vida profissional é reorientada, passando a trabalhar como jornalista, registrando passagens pelos principais órgãos da imprensa paulista de então. Em 1953, como já foi afirmado, começa a trabalhar na Editora Brasiliense, onde permanecerá até sua aposentadoria em 1965.

Caio Prado Jr., seu primo e proprietário da editora, em razão talvez da maior diversificação dos negócios de sua família (13), pôde gozar de maior independência econômica. Independência esta que lhe garantiu, após os estudos secundários na Europa e a obtenção do diploma de direito na Faculdade do Largo São Francisco em 1928, a possibilidade de se dedicar apenas aos seus estudos (14). Em 1933, quando contava apenas 23 anos de idade, publica seu primeiro livro, *Evolução Política do Brasil*, com o subtítulo de "Ensaio de Interpretação Materialista da História do Brasil", livro este que, geralmente, lhe vale o título de precursor e pioneiro da interpretação marxista do processo histórico brasileiro (15). Seu segundo livro reafirma, explicitamente, a sua vinculação com o marxismo: trata-se de *URSS - Um novo mundo*, publicado em 1934, relatando suas impressões e reflexões a partir da "viagem de estudos" que fizera àquele país no ano anterior. Suas atividades na Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual foi vice-presidente em São Paulo, valeram-lhe prisão, por dois anos, e exílio na Europa, outros dois anos. Sua estadia forçada na Europa teria lhe propiciado acesso a documentação que utilizaria em seu terceiro livro: *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*, lançado em 1942. Este livro é considerado pelos historiadores o ponto mais alto de seus estudos, sendo classificado como um dos principais livros na bibliografia sobre o período colonial (ver Iglésias, 1982, p. 26).

O esboço acima teve por objetivo assinalar as condições em que Caio Prado Jr. inicia sua produção intelectual. Dois pontos merecem ênfase. O primeiro, diz respeito à construção de uma carreira intelectual intimamente associada ao marxismo, isto é, a imagem de Caio Prado Jr. é, antes de tudo, a de um intelectual marxista. O segundo, aponta para as condições materiais de produção desta obra, qual seja, o capital familiar que possibilita o afastamento do mercado de trabalho e das suas exigências, permitindo ao autor dedicar-se exclusivamente à pesquisa. Assim, pelo método empregado, Caio Prado Jr. pode ser tomado, com Iglésias, como um "historiador revolucionário". Por outro lado, as condições a possibilitar seu trabalho não diferem das verificadas para outros intelectuais a iniciar sua produção no mesmo

período: Em relação a companheiros da *R.B.*, é fácil verificar que Caio Prado Jr. reunia as melhores condições para a construção de uma carreira intelectual.

Os recursos econômicos à disposição de Caio Prado Jr. e a sua decisão de mobilizá-los no campo cultural é de suma importância para a compreensão da *R.B.* Não só porque boa parte deste patrimônio converteu-se na editora que emprestava o nome à revista (e diminuía seus custos), como também pelo fato de Caio Prado Jr. se dispor, segundo depoimento de um dos fundadores da *R.B.*, a arcar com os prejuízos da publicação. Segundo este mesmo depoimento, a revista nunca chegou a pagar-se (16).

Este ponto não deve passar despercebido. A revista não assegurara sua existência no mercado e sem o "mecenato" de Caio Prado Jr. não teria sobrevivido por tanto tempo. Afastados de antemão os problemas econômicos, são de outra ordem as ameaças à continuidade da publicação. No depoimento citado acima, Paulo Alves Pinto referiu-se à mobilização de colaboradores como o problema mais sério enfrentado pela revista. A rede de colaboradores tinha por centro seus mentores, que tratavam de obter o concurso de amigos. Estes, por sua vez, poderiam recrutar seus amigos e assim sucessivamente. O fato é que a montagem desta rede, por mais extensa que fosse, não garantia uma produção regular de artigos.

Muito provavelmente, a caracterização acima está carregada nas tintas, seja quando afirma a independência da revista em relação à sua vendagem, seja na sua incapacidade de montar uma base sólida de recrutamento de colaboradores. Independente de uma avaliação mais precisa do grau de influência destes aspectos sobre a revista, não se pode negar sua importância. Indicam, por exemplo, as limitações do grupo que a geria, assim como as relações extragrupo que eram fundamentais para a sua manutenção. Para ser breve, antecipando o argumento de partes posteriores deste trabalho, pode-se dizer que estas alianças passarão bem mais pelo campo cultural do que pelo político. Trataremos, inicialmente, deste último ponto.

A crítica ao sistema político e seu alcance

Estabelecidas as relações da *R.B.* com o PCB e afastada a hipótese de que o nacionalismo que defendia viesse a ter qualquer chance de ser empunhado pelo Partido, cabe, agora, investigar o mesmo ponto para o sistema político em seu conjunto. A *R.B.*, por exemplo, se aproximaria de alguns dos partidos legais do período? Seria veículo para expressão de movimentos pluripartidários como a *Frente Parlamentar Nacionalista*? Ou ainda, fora do campo estritamente partidário, qual a sua relação com as outras forças engajadas no movimento nacionalista?

O primeiro ponto a observar é a ausência de vínculos estreitos com políticos profissionais, expressa, por exemplo, na presença tímida destes nas páginas da revista. O único político a ter algum espaço na *R.B.* é Sérgio Magalhães, o presidente da F.P.N., que escreveu três artigos.

O fato da *R.B.* não estabelecer laços sólidos com o mundo político-partidário, obviamente, não significa que este esteja fora do centro das preocupações da publicação. Por exemplo, a revista contou com uma seção fixa, assinada por Paulo Motta Lima, intitulada "Vida Parlamentar" (n.ºs 17 a 51). A leitura destes artigos fornece-nos uma boa medida para avaliar a visão veiculada pela revista do mundo político-partidário. O tom dominante é o do deboche e da caricaturização das atividades congressuais, apresentadas como distantes dos problemas cruciais do país, em textos entremeados por citações de Marx e Lenin. O leitor procurará em vão análises detidas sobre decisões tomadas na Câmara. Este tratamento dispensado à vida parlamentar condiz com o teor básico dos "editoriais". Nestes, insiste-se em assinalar que a vida política nacional está dominada por um "confucionismo" e "personalismo" que lhe retiram o sentido. Os partidos não podem ser verdadeiramente chamados de partidos. Caio Prado Jr., para citar um exemplo, assim caracteriza a vida política brasileira: "Nada mais se vê que conchavos, barganhas, manifestações de preferência puramente pessoais mais ou menos eleitoralmente interesseiras de detentores de cargos executivos e administrativos, desde o Presidente da República até o mais modesto Prefeito Municipal, e de chefes partidários. Triste espetáculo, tão triste e tão em contraste com o que realmente conta e significa algo para a esmagadora maioria dos brasileiros que nos convence, como convencerá qualquer observador atento e menos ingênuo da política brasileira, que se trata no caso de nada mais que uma cortina de fumaça armada com as pequeninas ambições pessoais desses pigmeus que são a maioria de nossos políticos, destinado a disfarçar os verdadeiros problemas brasileiros" (*R.B.*, n.º16, março/abril, 1958, "As Eleições Argentinas", p.5). A deslegitimação e descrédito a respeito da política nacional estão evidentes nesta passagem.

Quadro III — Núcleo central de colaboradores

Colaboradores	Nascimento	Diploma universitário	Profissão	Conteúdo das colaborações	Área em que publicou livros
Elias Chaves Neto	1896	Direito	Jornalista	Editoriais Política Nacional Guerra Fria Rev. Cubana	Relato da Revolução de 24 em São Paulo Memórias
Caio Prado Jr.	1907	Direito	Historiador	Editoriais Questão Agrária, Política Nacional	História do Brasil Teoria marxista
Alvaro de Faria		Medicina	Médico	Teoria marxista Medicina Social Política Nacional Política Internacional etc.	Teoria marxista
H. Ferreira Lima	1905	Não possui	Jornalista Assessor FIESP	História Econômica do Brasil	História Econômica do Brasil
Paulo Alves Pinto			Engenheiro e Arquiteto	Anti-imperialismo Política petrolífera Política cafeeira etc.	
F. Pompeo do Amaral		Medicina		Subnutrição: causas e conseqüências	
Samuel B. Pessoa	1898	Medicina	Prof. Univ. (Fac. de Medicina)	Medicina Social	Parasitologia, ensaios médico-sociais
J. R. Vasconcelos				Construção do território nacional (art. históricos), anti-imperialismo e desenvolvimento econômico etc.	
Catulo Branco		Engenheiro	Eng.º da Sec. da Viação — S.P.	Energia Elétrica e o Desenvolvimento Econômico	

Dada esta imagem, supor que a R.B. buscasse estabelecer laços mais sólidos com o mundo político parece fora de propósito. Os únicos políticos a merecer um tratamento elogioso são Sérgio Magalhães, com pequenas ressalvas, e Miguel Arraes, este sim saudado como a grande novidade do cenário político brasileiro, o líder que faltava ao movimento nacionalista.

A relação estabelecida acima pode ser objeto de questionamentos. Durante este período, Caio Prado Jr. não foi o único analista a tecer críticas acerbadas ao sistema político vigente. Feitas as ressalvas de praxe, não será equivocado afirmar que era este o tom dominante no período. Para ficar apenas no campo nacionalista, comparemo-las as de Helio Jaguaribe (17). O líder intelectual do IBESP também critica violentamente o sistema político vigente, tido como defasado da realidade sócio-econômica. Esta falta de correspondência resulta na artificialidade da vida política nacional, em especial de seu sistema partidário. No entanto, ao contrário do descrédito generalizado contido nos artigos de Caio Prado

Jr. e Elias Chaves Neto, Helio Jaguaribe, já nestes artigos, diferencia os resultados eleitorais para cargos executivos daqueles verificados nas eleições para o Congresso. Nestas, a política de clientela continua a imperar, ocasionando assim "um descompasso entre a nossa vida civil cada vez mais impulsionada, sob a liderança da burguesia industrial, no sentido do desenvolvimento e nossa vida política, que permaneceu sob o controle das velhas elites dirigentes" (Schwartzman, 1979, p. 22). A inautenticidade da vida política, no entanto, não é completa, uma vez que "as forças políticas majoritárias tendem mais facilmente a se exprimir através do Executivo, enquanto as minoritárias o fazem mais facilmente através do Congresso" (Schwartzman, 1979, p. 247).

Ou seja, as eleições majoritárias escapam a esta inautenticidade, o que leva à relativização do diagnóstico. Assim, a superação da crise política "importa na organização de um novo movimento político, quer a partir dos quadros de um partido já existente, quer pela fusão de alguns desses partidos, num partido único, quer pela constituição de um novo. Dadas as condições político-eleitorais existentes, tudo indica que a fórmula mais indicada de início, a de se tentar conjugar a utilização de um ou mais partidos existentes, notadamente do PSD e do PTB, com um movimento suprapartidário de desenvolvimento econômico e social" (Schwartzman, 1979, p. 237/238). Deste diagnóstico, como vimos, Caio Prado Jr. não subescreveria a tolerância para com o PSD e PTB e a diferenciação do conteúdo político das eleições majoritárias. Em sua opinião, as forças nacionalistas só ganhariam contornos nítidos se se desvinculassem "do falso populismo... da camarilha dos especuladores de alto coturno e dos entreguistas que em conjunto compõem a situação política brasileira" (*R.B.*, n.º 32, nov./dez., 1960, "As Eleições de 3 de Outubro", p. 11 e 12). Seguindo o raciocínio de Caio Prado Jr. veremos que, para ele, fugir do personalismo populista (expresso primordialmente nas eleições majoritárias) era tão essencial quanto romper a dominância das forças conservadoras no Congresso.

Se a crítica ao sistema político vigente é uma área de concordância entre os dois diagnósticos, divergem, no entanto, na avaliação de sua evolução e potencialidades. É fácil perceber a ligação entre esta divergência e a inserção política específica de cada um dos analistas. Como se sabe, o grupo do IBESP está umbilicalmente ligado à assessoria econômica do presidente Vargas e, portanto, diretamente inserido na luta político-partidária (18). Um engajamento similar não é encontrável nas páginas da *R.B.*, ausência que pode ser atribuída à já frisada distância que guardava do mundo político-partidário.

Os principais membros do IBESP e que depois viriam a fundar o ISEB não figuram entre os colaboradores da *R.B.* A única exceção é Guerreiro Ramos que escreve um artigo para a revista. Esta significativa ausência, no entanto, não quer dizer que a *R.B.* desconsidere a existência do ISEB. Os três primeiros livros de Guerreiro Ramos (*Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, *A Redução Sociológica* e *o Problema Nacional do Brasil*) merecem resenhas favoráveis, com pequeníssimas ressalvas, *A Redução Sociológica* é, ainda, alvo de um artigo extremamente favorável de A. L. Machado Neto no vigésimo volume da *RB*. A importância dada à obra de Guerreiro Ramos, merece ser notada: por exemplo, apenas um professor ligado ao Departamento de Ciências Sociais da USP teve um de seus livros resenhados na *R.B.* (19), ainda que, muitos deles, se encontrem na lista de seus colaboradores. Não é, por certo, um indicador seguro, mas o contraste notado talvez seja suficiente para sustentar que, enquanto força nacionalista, o ISEB se constituía em um dos mais importantes pólos de referência intelectual para a *R.B.* A boa acolhida também deve ser notada, por indicar uma abertura ao diálogo com correntes não-marxistas (20).

Embora distante da ortodoxia, é preciso não exagerar a "abertura" da *R.B.* em direção às correntes nacionalistas não-marxistas. No caso, não se deve esquecer que os principais membros do IBESP-ISEB pretendiam formular uma teoria que superasse o marxismo. As lutas internas no ISEB e sua progressiva esquerdização repercutem na *R.B.* (21) É importante observar que, neste momento, Guerreiro Ramos se aproximara da corrente esquerdista no interior do ISEB. É interessante notar também que os livros de Guerreiro Ramos, publicados após sua saída do ISEB, não merecem resenhas na *R.B.* Mais que isto, Bastos Filho, o mesmo autor que resenhara favoravelmente *O Problema Nacional do Brasil* (n.º 32 da *R.B.*), escreve um artigo atacando as interpretações de Guerreiro Ramos sobre o sentido político da eleição de Jânio Quadros para a presidência (ver, Bastos Filho, "O Messias do João-Classe-média", *R.B.*, n.º 34, março/abril, 1961, p. 73 a 83).

A progressiva esquerdização do ISEB leva a uma maior aproximação da *R.B.* com esta instituição. Aparecem notas em defesa do ISEB quando este sofre ataques na imprensa (*R.B.*, n.º 28, 1960, "Campanha contra o ISEB"), professores da instituição publicam na *R.B.* (é o caso de Moacyr Paixão e Michel Debrun) e as discussões acerca do livro de Álvaro Vieira Pinto (*Consciência e Realidade Nacional*) também repercutem nas páginas de *Brasiliense*. O sinal de maior aproximação com o ISEB talvez esteja expresso na publicação pela *R.B.* da aula inaugural do curso regular de 1963, proferida por Osny Pereira Duarte (*R.B.* n.º 47, p. 23, sob o título "O ISEB - O desenvolvimento e as Reformas de Base"). A aproximação é, no entanto, tênue, configurando-se mais na abertura de um espaço editorial que em um efetivo afinamento político (22).

Assim, por mais que se procure estabelecer relações e contrastes da *R.B.* com o ISEB, elas serão sempre tópicas, não chegando a se constituir um diálogo efetivo entre ambas. Em verdade, embora a *R.B.* filie-se ao movimento

nacionalista e empunhe suas principais bandeiras, não se encontra em suas páginas qualquer esforço de uma teorização mais elaborada do "seu nacionalismo". Por paradoxal que pareça, este é em geral uma decorrência da política internacional; em última análise, a guerra fria e seu lugar na crise do capitalismo é que fornecem os elementos básicos para a defesa do nacionalismo. Decorre daí a ênfase na "coexistência pacífica" e na política externa independente (países não-alinhados) (23). Para a questão em tela, tal posicionamento significa, por um lado, um bloqueio ao diálogo com outras forças nacionalistas; por outro lado, dispensa qualquer formulação político-ideológica mais acabada, por atrelá-la mais a desdobramentos externos que internos. A fragilidade da teorização torna-se mais patente quando se leva em conta a inexistência de relações diretas com qualquer ator político.

O "desenraizamento" político, como seria de se esperar, não significa que opções políticas não sejam tomadas. No caso da sucessão de Juscelino, por exemplo, os artigos de Elias Chaves Neto prestam um apoio condicionado a Lott. Em seu primeiro artigo tratando da sucessão ("Polarização das Forças", *R.B.* n.º 22, março/ abril de 1959), Elias Chaves Neto afirma que o importante é saber quais as forças que respaldam os candidatos e, nestes termos, só há duas alternativas: ou se representa o entreguismo ou o nacionalismo. A simplicidade desta visão dicotômica das forças políticas projeta-se na avaliação das duas principais candidaturas. O desenvolvimentismo de J. K. teria desembocado no entreguismo e Jânio Quadros apareceria como o continuador desta política. Do outro lado, Lott, uma voz discordante no Governo J. K., pode "transformar-se num verdadeiro líder nacionalista do país, mas para tanto é preciso que compreenda que o nacionalismo é um movimento que levanta os povos oprimidos da terra, e os dominados economicamente na luta contra o imperialismo" (ECN, *R.B.* n.º 27, jan./fev., 1960, "Rumos às Eleições", p. 9). A esperança na transformação do candidato pode ser lida da seguinte forma: a opção entre nacionalismo e entreguismo, sendo infra-estrutural, se impõe por si mesma, isto é, as forças sociais levarão, necessariamente, a esta mudança. Por outro lado, nota-se também, um apoio a contragosto e envergonhado a Lott, já que, no presente e de fato, o candidato deixa a desejar como líder nacionalista.

Caio Prado Jr. não faz qualquer menção às candidaturas antes da eleição. O silêncio é rompido após a divulgação dos resultados, quando escreve uma crítica contundente e devastadora à ação política dos grupos nacionalistas. A vitória de Jânio encerraria uma lição definitiva para as forças nacionalistas: a condenação do populismo, do personalismo clientelista, da "situação que vem desde a Revolução de 30". A causa nacionalista e popular, portanto, precisa dissociar-se das "correntes políticas genericamente conhecidas por 'populismo', que nada mais constituiriam de fato, apesar de sua aparência e designações, que um sistema de interesses personalistas mantidos à custa de favores do Estado" (*R.B.* n.º 32, nov./dez., 1960, C. P. Jr. "As Eleições de 3 de outubro", p. 4). Nestes termos, a derrota das forças nacionalistas deve ser entendida como "a justa condenação" das forças populares a esta associação espúria. Se o povo votou em J. Q., deixando o governo nas mãos de um entreguista, a culpa não é sua "e sim dos dirigentes políticos populares e nacionalistas, comunistas inclusive, que não lhe ofereceram outra opção senão aquela mesma que o povo aprendera, e com razão, a renegar: o falso populismo a que tais dirigentes se tinham atrelado" (p. 12). Em artigo para o n.º 38 da *R.B.*, Caio Prado Jr. volta a insistir na mesma tecla, os erros das forças nacionalistas e suas alianças espúrias, acrescentando uma condenação à própria escolha do candidato, ditada pelo "caráter essencial das competições partidárias no Brasil", onde são "deixadas de lado as características ideológicas do candidato, para se tomar em consideração unicamente o seu significado tático". A crítica, desse modo, dirige-se fundamentalmente às elites. "O povo já começa a compreender o que se passa", enquanto as lideranças teimam em não "aposentar definitiva e inapelavelmente o decrépito dispositivo político-partidário em que se acham enquadrados", substituindo-o por um novo que se estruture sobre os "grandes problemas nacionais e na base da organização popular, isto é, tomando por fulcro os movimentos populares onde encontrarão impulsos e cooperação necessários". Somente a partir da insistência nestes erros se entende que o Marechal Lott, "um retrógrado conhecido", tenha sido o candidato nacionalista (ver C. P. Jr., *R.B.*, n.º 38, "Panorama da Política Brasileira", p. 1 e seg.). Se a análise parece-nos hoje marcada pela lucidez, antecipando boa parte da crítica que se fará posteriormente ao "populismo", não se deve deixar de notar o "purismo" de sua posição: seria possível se fazer política preferencialmente ideológica, deixando de lado os apelos táticos? Como entender a ausência de uma rejeição tão clara a Lott antes das eleições; uma opção tática ou ideológica?

A dicotomia nacionalismo-entreguismo, vale observar, tem raiz na interpretação de Caio Prado Jr. sobre os cursos do desenvolvimento econômico brasileiro. Esta interpretação aparece claramente no capítulo final da *História Econômica do Brasil*, "A Crise de um Sistema", cuja primeira edição é de 1945. A partir de 1956, adiciona-se um novo capítulo, "A Crise em Marcha" publicado originalmente no n.º 6 da *R.B.* (24). Os dois títulos, em si mesmos, já são bem sugestivos. A crise anunciada na conclusão de 45, a do sistema colonial e a do imperialismo, indicativas de "uma economia propriamente nacional, voltada para dentro do país e as necessidades próprias da população que o habita" (Prado Jr., 1974, p. 288), como indica o título da nova conclusão, teimava em ser mais lenta que o previsto. Mas, o que nos é particularmente importante frisar, é a manutenção do diagnóstico: o antigo sistema colonial-imperialista perdera sua força, não era mais capaz de dirigir o processo de desenvolvimento econômico do país. A sua ação era mais reativa do que ativa, isto é, visava, antes de tudo, a obstaculizar o desenvolvimento da economia nacional (25). O ponto de partida

necessário para esta alternativa, seria a constituição de um mercado interno, a base para pôr em marcha a dinâmica do novo sistema. As leis do mercado não garantiriam a transição para o novo sistema. A ação do Estado sobre a economia como sujeito desta transformação, constituía-se, portanto, em uma condição essencial para o êxito da transformação esperada (26).

Tendo por pano de fundo esta concepção do processo histórico brasileiro, as críticas ao sistema político vigente ganham uma nova dimensão. Apontam, em última análise, para a falta de correspondência entre o que se passava no mundo político e as "contradições fundamentais" do processo de desenvolvimento do Brasil. Embora este diagnóstico, em boa medida, não distoe do tom dominante entre as interpretações nacionalistas, partindo da pena de um marxista, carrega consigo uma dose maior de determinismo. Posto que a estrutura econômica se vê cindida em um conflito bipolar (nacionalismo x entreguismo), o correr dos acontecimentos deve se encarregar de fazer com que a luta política se estruture sobre o mesmo eixo. (Veja-se, por exemplo, as esperanças depositadas em Lott.). Só assim podemos conciliar as duas facetas das análises políticas de Caio Prado Jr. e Elias Chaves Neto, quais sejam, de um lado a denúncia e o desprezo pela luta político-partidária, "personalista" e distante do que "realmente conta", de outro a esperança sempre renovada na constituição de um ator político independente e ideologicamente unido em torno da bandeira do nacionalismo. A manutenção desta esperança, quando suas análises apontam no sentido inverso, só pode ser entendida a partir do diagnóstico subjacente sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Como na economia, o sistema político teimava em correr por outros trilhos. A esperança na constituição de um movimento político nacionalista vai cedendo lugar ao pessimismo, com o que o tom de denúncia e a descaracterização da luta política atual se tornam cada vez mais acentuados. "Desde a renúncia de Jânio Quadros, a questão que efetivamente centraliza e condiciona a luta política no Brasil, e por mais que se procure emprestar-lhe cores de renovação e reforma, nada mais tem sido que a dos poderes presidenciais do Sr. João Goulart. É essa a realidade que dificilmente a mais capciosa interpretação poderá disfarçar... nada se seguiu à vitória política espetacular e arrasadora do dispositivo janguista. Quando essa vitória deveria começar a produzir seus frutos, ou pelo menos aqueles frutos que o povo tinha o direito de esperar e que lhe tinham sido prometidos... não se viu mais nada que uma apressada desmobilização e o ensarilhamento de armas que anunciavam o término da batalha e o reconhecimento que os fins por ela objetivados tinham sido alcançados... Diante disso, ainda haverá alguém que possa honestamente tomar a sério, e se enfileirar e empenhar nas querelas e embates partidários brasileiros, tal como eles ainda hoje se apresentam, com a esperança de neles encontrar o caminho das reformas e transformações econômicas e sociais que o país e seu povo necessitam?" (C. P. Jr., "Perspectivas da Política Progressista e Popular Brasileira", *R.B.*, nov./dez., 1962, p. 2, 3 e 4).

Apesar da virulência da crítica e o tom de desesperança quanto a sorte futura do movimento político nacionalista, os "editoriais" da *R.B.* não abandonam o campo reformista. É certo que a *R.B.* passa a trazer algumas contribuições em que seus autores defendem explicitamente a adoção da alternativa revolucionária. O primeiro artigo com este apelo, publicado justamente no número comemorativo do quinto aniversário da publicação, n.º 31, set./out. de 1960, é assinado por Michael Lowy e é acompanhado por uma nota explicativa do Diretor-Responsável, Elias Chaves Neto, que adverte: "as conclusões do presente artigo não se enquadram na orientação da Revista, que é nacionalista, conforme foi firmada em seu manifesto de constituição. Por nacionalista se compreende a política que visa unir as mais amplas camadas do povo brasileiro na luta antiimperialista, *promovendo a melhoria de condições de vida do povo dentro do regime político e social vigentes*" (p.55, grifos meus).

A esta primeira transgressão juntam-se outras, agora não mais prefaciadas pela advertência do Diretor-Responsável. Estas transgressões ao ideário defendido pela *R.B.* partem, em geral, de considerações sobre a eleição de Jânio Quadros ou da Revolução Cubana e são escritos por uma nova geração no interior dos grupos de esquerda, em geral com formação universitária no campo das ciências sociais, como é o caso de Michael Lowy.

Assim, se a *R.B.* "cede terreno" ante a radicalização política em curso no país, os "editoriais", por seu turno, mantêm-se firmes na defesa da "melhoria de condições de vida do povo dentro do regime político e social vigente". Elias Chaves Neto, apesar de sua inequívoca admiração pelo processo revolucionário cubano, referência obrigatória da maioria de seus artigos escritos durante a década de 60, rejeita com ênfase a alternativa revolucionária. Em seu artigo para o número 38 da *R.B.* (nov./dez. de 1961) alerta os que "querem pautar a sua ação pelo exemplo cubano" para o fato de atos de heroísmo não bastarem para "formar a consciência revolucionária do povo".

Caio Prado Jr., apesar de seu absoluto descrédito sobre a evolução do sistema político brasileiro, mantém-se fiel à sua proposta reformista (27). Veja-se, a título de exemplo, o seu editorial para o n.º 47 de maio-junho de 1963 onde analisa o *estatuto do trabalho rural*, saudado como "uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão no Brasil em 1888" Segundo sua análise, a aplicação de uma legislação social trabalhista no campo levaria à necessidade da modernização do campo, pois o empreendimento agrícola não mais poderia garantir sua rentabilidade a partir do baixo preço da mão-de-obra. A pequena atenção das esquerdas à discussão do projeto é uma manifestação de sua visão equivocada sobre a questão agrária. Caio Prado Jr. vai adiante, questionando a validade da subdivisão da propriedade

fundiária ali onde ela se mostra mais moderna, como é o caso da produção de café, cana e cacau.

Este artigo é uma prova cabal da fidelidade dos editoriais da *R.B.* ao seu ideário reformista. Mais que isto: se se atenta para a data do artigo e seu tema, vê-se que este ideário mantém-se imune à crescente radicalização política característica da época. Radicalização esta que, como já foi assinalado, já se fazia sentir nas próprias páginas da revista. Não é o caso, ao menos para os objetivos desta análise, de se julgar os acertos ou erros da análise da questão agrária feita por Caio Prado Jr. Importa reter o descompasso entre esta proposta e as tendências dominantes nas forças de esquerda na época. Note-se também as contradições internas do ideário político defendido pela *R.B.* que se vê impelida a conciliar a completa desilusão com o sistema político existente à aceitação do "regime político e social vigente".

Por qualquer ângulo que se analise o "ideário" defendido pelos mentores da *R.B.*, a conclusão a que se chega é a mesma: um peculiar isolamento das demais forças políticas. Sem dúvida, há algo de muito específico em uma proposta política que se constitui a partir do marxismo e que demonstra profundo descrédito pelo sistema político dominante mas que, no entanto, em meio à radicalização política se mantém fiel a seus propósitos de lutar "pela melhoria de condições de vida do povo dentro do regime político e social vigente".

O isolamento político do grupo de *Brasiliense* as contradições e lacunas de sua proposta política estão intimamente relacionados. A revista não será capaz de extrapolar os estreitos limites do grupo responsável pelo seu lançamento. Embora à margem do Partido e em rota de colisão com este em pontos essenciais de seu "ideário", o choque com o Partido não se consuma. Seus mentores não rompem quer com o marxismo, quer com o Partido. O movimento comunista internacional permanece como a referência última de suas análises. Por mais que o conteúdo das análises e as propostas se aproximem das esposadas por outras correntes nacionalistas, as ligações com o marxismo são a marca do grupo, impedindo que se consumem alianças efetivas com outras correntes progressistas.

Se se pensa no alcance e na penetração do ideário político da *R.B.*, o ponto a ser ressaltado é, pois, esta ausência de vínculos positivos, quer com o PCB, quer com as forças nacionalistas. A postura assumida leva a uma rejeição crítica a ambos, sem que se estruture uma proposta alternativa. Por certo que a revista não deixa de ser um publicação engajada politicamente nas lutas de seu tempo, mas não se deve deixar de notar, que predomina a distância do mundo político que a crítica trata de manter. Nestes termos a posição política ocupada pelos "amigos da *Brasiliense*" situa-se em um terreno tão inacessível e indefinível quanto o limbo.

A "renovação e os progressos da cultura"

Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, respondendo uma questão relativa a participação popular sob o regime de 46, após defini-la como "razoável", Caio Prado Jr. acrescenta uma longa ressalva: "Mas vejam que no Partido Trabalhista, os indivíduos se aproveitavam das peculiaridades da situação para reforçar suas próprias posições. Não digo que o PTB tenha sido um freio para as reivindicações operárias. Mas os indivíduos se aproveitaram dele. Por isso insisto na diferença entre o interesse individual e o interesse de classe". Posto isto, passa a narrar uma longa história (28) envolvendo Jorge Tibiriçá (Presidente do Estado de São Paulo, 1904-1908) para exemplificar como uma pessoa pode defender certas posições quando "encarna" os interesses coletivos da classe, às quais se opõe, em seguida, ao atentar exclusivamente para os seus interesses pessoais (29). A lição que retira do caso é a seguinte: "A política brasileira está cheia de coisas assim, porque não havendo um pensamento político, são os interesses individuais que entram em cena. As pessoas vão para um lado e para o outro guiadas pelo seu interesse pessoal, sem ver o interesse coletivo de sua classe. Elas não sacrificam por sua classe os seus interesses individuais. Raramente sabem interpretar os interesses gerais. É no que dá, entre outras conseqüências, o baixo nível cultural do país. A política brasileira é muito difícil de ser analisada por causa disso" (*O Estado de S. Paulo*, 11/06/78).

A passagem é interessante não só pelas "exigências" que o analista faz à realidade em nome de suas concepções. O ponto a ser ressaltado para os fins desta análise, contudo, diz respeito à avaliação sobre o nível cultural do país. Esta posição é reforçada na resposta à pergunta seguinte, quando reafirma que o baixo nível cultural do país é responsável pela persistência do interesse individual na política brasileira. Frisar esta preocupação específica de Caio Prado Jr. tem interesse imediato para nossa análise; pois serve para recordar um dos objetivos centrais da *R.B.*, expresso em seu "Manifesto de Fundação" e obscurecido pela leitura exclusivamente política da publicação. Como se lê no referido documento, em passagem previamente citada, *Brasiliense* tinha como objetivo contribuir para a "renovação e os progressos da cultura brasileira".

O "Manifesto de Fundação" apregoa, logo em sua abertura, a fidelidade da Editora Brasiliense "à tradição de cultura legada pelo seu fundador, Monteiro Lobato". O artigo que abre o primeiro número da revista, de autoria de Edgard Cavalheiro, intitula-se "Monteiro Lobato e a Revista do Brasil". Neste artigo a ênfase recai sobre seu combate à "francesia" que dominava o ambiente cultural paulista nas décadas iniciais deste século. Por este combate, Monteiro Lobato pôde assumir com sucesso a direção da *Revista do Brasil*, uma vez que esta "fôra criada para que o país se desse

conta do completo divórcio entre os homens cultos e a realidade nacional".

A presença deste artigo na "abertura" da revista não pode deixar de ser notada pela análise. Quanto mais quando se sabe que no número 45 da *R.B.*, isto é, o número relativo a jan./ fev. de 1963, Lannoy Dorin escreve um artigo intitulado *A Revista do Brasil*, onde argumenta que a *Revista Brasiliense* deve ser lida como um ressurgimento da publicação dirigida por Monteiro Lobato. Esta ponte com o passado revela alguns traços da concepção da publicação. Esta, como se vê, não reivindica uma ruptura com as revistas culturais que a antecederam. Há um legado de cultura e combates nesta área a pedir fidelidade.

Encontramos nas páginas da *R.B.* crítica de teatro, cinema, exposições de arte, além de artigos sobre arquitetura e estética. No campo cultural, no entanto, a presença mais marcante concentra-se em contribuições acerca de nomes consagrados da literatura brasileira. Para se ter uma idéia da importância destes artigos para a composição da revista, consulte-se, a título de exemplo os números 4 e 10 da revista, quando artigos desta natureza chegam a representar um terço do total das colaborações (30).

Na maioria destes artigos, o nacionalismo não desaparece do horizonte, uma vez que os autores mais enfocados são Monteiro Lobato e Euclides da Cunha. Nota-se também uma abertura para com a literatura nordestina, o quê, de alguma forma, é uma abertura para questões sociais. Há casos, no entanto, que por mais que procure, o leitor não encontrará ligações com a política ou mesmo com o marxismo. Este é o caso, por exemplo, da "Contribuição para o Estudo da Vida e Obra de D. Pedro II", de autoria de Fernando Jorge (*R.B.* n.º17, pág. 132), ou do artigo sobre "As mulheres Machadianas" de Lourdes Teixeira (*R.B.*, n.º44, p. 65). Estes são apenas dois exemplos. Há muitos outros espalhados ao longo da publicação.

Esta dimensão cultural da *R.B.* não chama atenção apenas pelo conteúdo dos artigos publicados, como também por seus autores. Trata-se de autores com escassas ligações com o mundo político, se é que porventura chegaram a ter alguma. O seu mundo é o das letras. São editores (Edgard Cavalheiro e Mário da Silva Brito), autores de estudos e biografias de grandes nomes da literatura em coleções destas editoras (Paulo Dantas e Fernando Jorge), enquanto outros fazem traduções (Maria de Lourdes Teixeira). Há ainda aqueles que iniciam, ao lado destas atividades, suas carreiras como romancistas ou poetas (Paulo Dantas, Manoel Cerqueira Leite e Maria de Lourdes Teixeira). Se há um nome capaz de evocar a síntese das características da produção cultural destes autores, este nome é o de Sérgio Milliet. Sua presença no Conselho de Redação original da *R.B.* pode ser tomado como um sinal da importância destes colaboradores para a existência da revista.

Alertado para a presença desta dimensão cultural nas páginas de *Brasiliense*, o analista não se surpreende quando compara a lista de colaboradores da *R.B.* à de *Anhembi*, revista dirigida por Paulo Duarte, entre 1951 e 1961, e encontra autores comuns às duas publicações. Política e ideologicamente, pelo menos na forma como viam o debate de sua época - nacionalistas x entreguistas ou socialistas democráticos x socialistas totalitários - as publicações seriam colocadas em campos opostos por seus mentores (31). Mas esta é apenas uma das dimensões destas publicações. É preciso não esquecer que em termos de produção cultural há um solo comum às duas publicações, o mundo cultural paulista.

Um dos grupos de superposição de colaboradores é o analisado acima, os jornalistas literários, como os nomeia Mônica Pereira em sua análise sobre a revista *Anhembi* (32). Para citar apenas alguns exemplos de autores a comparecerem às páginas das duas publicações, poderíamos lembrar os nomes de Henrique L. Alves, Jamil Almansur Hadad, Mário da Silva Brito, Cassiano Nunes e Sérgio Milliet.

Há outro grupo de intelectuais com trânsito nas duas revistas, qual seja, o de professores universitários ligados à USP, especialmente daqueles ligados à Cadeira de Sociologia I do Departamento de Ciências Sociais (33). Neste caso, é preciso observar que *Anhembi* apresenta um padrão de recrutamento mais diversificado entre professores universitários do que o verificado em *Brasiliense*. Mesmo no caso do Departamento de Ciências Sociais, *Anhembi* não se limita tanto à Cadeira de Sociologia I como o faz a revista dirigida por Elias Chaves Neto.

Já que Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Luís Pereira escrevem para as duas publicações artigos relacionados com a *Campanha pela Defesa da Escola Pública*, este é o momento de notar uma superposição que vai muito além da notada até aqui. Estamos diante de uma campanha comum, de um movimento com amplas conotações políticas e capaz de aproximar publicações, que se enxergavam como "inimigas". Como entender esta aproximação? Como se tratava de uma campanha ligada à "renovação e os progressos da cultura", nada mais fácil de entender, pois, neste caso, as barreiras ideológicas são relaxadas e transpostas.

Vistas sob o ponto de vista da veiculação da produção dos professores ligados a cadeira de Sociologia I, vale observar que *Anhembi* foi um dos principais desaguadouros dos trabalhos relativos às relações interétnicas. Não será ocioso recordar aqui o papel desempenhado por Paulo Duarte na estruturação da primeira pesquisa do grupo sobre o tema, patrocinada pela UNESCO e pela própria *Anhembi*.

Por seu lado, a *R.B.*, será um dos veículos para difusão dos artigos de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni tributários do conhecido "Seminário sobre *O Capital*" (34). Os primeiros estudos realizados pelo Centro de

Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), organizado por estes professores, também serão publicados por *Brasiliense* (35). Outros professores ligados a cadeira de Sociologia I e ao CESIT passam a publicar na *R.B.*, como é o caso de José Cesar Gnacarini (ver *R.B.*, n.º44, p. 68), José Carlos Pereira (ver *R.B.*, n.º47, p. 42) e José de Souza Martins (*R.B.*, n.º49, p. 41). A maior penetração do marxismo na academia, por certo, explica parcialmente esta maior participação relativa dos professores desta Cadeira na *R.B.* No entanto, não se deve perder de vista o próprio crescimento interno do grupo, assim como o fato de, com o fechamento de *Anhembi* em 1961, terem se estreitado as possibilidades de publicação em São Paulo.

Do ponto de vista da *R.B.*, a participação destes dois grupos em suas páginas, "jornalistas literários" e professores de sociologia da USP, únicos núcleos de colaboradores não vinculados ao PCB, tende a se concentrar nos extremos da existência da publicação. Enquanto os "jornalistas literários" têm maior participação relativa na primeira metade da vida da revista, os sociólogos da USP comparecem com maior assiduidade em sua fase final. Estes dados podem ser lidos como indicativos das transformações pelas quais passava a produção cultural paulista, em um período onde a universidade vai progressivamente ocupando o seu centro gravitacional. De outro lado, demonstram o "trânsito" dos principais artifícios da *R.B.* entre estes dois pólos, entre os quais, assim como *Anhembi*, estabelecem pontes.

Conclusões

Em suas memórias, ao tratar da fundação da *R.B.*, Elias Chaves Neto localiza sua origem na tese com que Caio Prado Jr. concorreu à Cátedra de Economia Política na Faculdade de Direito da USP. Nesta tese se encontraria a primeira formulação de um "nacionalismo conseqüente", isto é, a tese fornecia "um novo sentido ao movimento nacionalista, tirando-lhe aquele aspecto simplista que consistia em denunciar o abuso de certas atividades de firmas estrangeiras" (1978, p. 140).

Em vista da análise precedente, é possível extrair desta versão da criação da publicação uma série de conseqüências. Em primeiro lugar, note-se a ausência de qualquer vínculo com a conjuntura política. Não há referências ao PCB ou a evolução do sistema partidário vigente. sequer o suicídio de Vargas é mencionado (36).

A raiz da *R.B.*, por esta versão, não deve ser localizada no cenário político, mas sim no campo intelectual. Quando a CEPAL e o IBESP já haviam iniciado a sua produção, não deixa de ser notável que Elias Chaves Neto desclassifique toda a produção intelectual nacionalista anterior à tese de Caio Prado Jr. De fato, seu primo será a referência teórica quase exclusiva para os principais autores a colaborar na *R.B.* Ou seja, a revista será o ponto de reunião de intelectuais de pouca expressão que gravitam em torno de Caio Prado Jr.

Como vimos, a rede de autores ligados ao PCB não era capaz de manter a publicação. O recrutamento de colaboradores não segue uma linha preestabelecida. A publicação foi marcada pela heterogeneidade dos colaboradores que recrutou, assim como pela variação da qualidade dos artigos publicados. A análise da lista de colaboradores revelou um padrão de recrutamento similar ao verificado na revista *Anhembi*.

Esta superposição com uma revista de coloração política oposta à *Brasiliense* levou a uma revisão das visões que privilegiam exclusivamente a dimensão política da publicação. A *R.B.* deve ser vista como uma revista de cultura, que guarda muitos traços em comum com iniciativas editoriais que a antecederam. Se é assim, não surpreende a observação de que há algo em comum entre a *Revista Brasiliense* e *Anhembi*.

Ambas, digamos assim, estão ancoradas no mesmo solo e, por isto, não poderiam deixar de ter tantos traços em comum. Mesmo no campo político, há pontos de contacto não desprezíveis a serem notados. Em um cenário político polarizado em torno do varguismo e do antivarguismo, ambas situam-se no segundo pólo. Mais que isto, encontramos nas duas publicações críticas acerbas aos políticos profissionais, tido como movidos apenas por interesses menores. Compartilham ainda de diagnóstico comum neste ponto: um dos problemas centrais do Brasil reside na falta de cultura de seu povo e elites (37).

Ao que tudo indica, há uma relação peculiar entre cultura e política a marcar a produção intelectual paulista. Esta não só se faz na ausência de vínculos efetivos com o sistema político, como também projeta sobre a vida política seus próprios valores. Explorar estas questões, no entanto, foge aos limites deste trabalho, exigindo uma pesquisa mais ampla.

NOTAS:

1 - O único nome a invalidar a afirmação feita acima é o de Octávio Brandão que consta de algumas das listas dos participantes do grupo «abridista». Nada indica, no entanto, que Brandão estivesse no centro da disputa. Sua participação parece ser marginal, uma oportunidade para expressar o seu enorme ressentimento para com o tratamento que recebera do Partido. A condição de «líder histórico» favorecia seu acesso ao debate.

2 - Segundo acrescenta o Autor, teria sido o próprio Caio Prado Jr. que viria a cunhar o nome para o partido de oposição a Vargas, UDN. Ou seja, este grupo teria contactos com a "esquerda democrática". Ver adiante.

3 - CNT - n.º 2, p. 129 Já em *Evolução Política do Brasil*, publicado em 1933, Caio Prado Jr. enfatiza a inexistência do feudalismo no Brasil.

- 4 - Fonte exclusiva para este episódio: Elias Chaves Neto (1977). A visão exposta, portanto, pode conter alguns exageros nas caracterizações.
- 5 - Dados coligidos a partir de Ronald H. Chilcote (1974).
- 6 - Estamos chamando de editoriais os artigos que abrem a revista assinados por Elias Chaves Neto ou Caio Prado Jr., distinguidos dos demais pelo tipo utilizado. Retornaremos, adiante, a crítica à aliança com o populismo e à questão agrária.
- 7 - Esta desconfiada crítica à *Revista Brasiliense* está assinada por C. M. e A. R. Y. e foi publicada na Seção Livros e Revistas de *Fundamentos*.
- 8 - Um dos fundadores da revista, assim se referiu a seus objetivos: «Ela não pretendia de modo algum atuar dentro do Partido e modificar não só o pensamento como a ação partidária, até porque você caracterizaria francamente uma dissensão (...). Esta era uma preocupação muito grande das pessoas que estavam na revista, de não se fazer de 'reservas' para uma substituição, caso houvesse uma nova política partidária» (Paulo Alves Pinto, entrevista, 26/03/87).
- 9 - As passagens entre aspas no parágrafo acima foram retiradas do depoimento de Paulo Alves Pinto citado acima.
- 10 - Ver ECN, 1977, p. 74 a 76.
- 11 - Referindo-se à «sobreposição» entre esta célula e os principais colaboradores da *R. B.*, Paulo Alves Pinto não soube explicar-me o fato de Leôncio Basbaun ser um de seus poucos membros a não colaborar em *Brasiliense*. A partir das memórias de Basbaun (1976) é possível arriscar uma explicação: Basbaun nunca deixou de aspirar a sua reabilitação e volta aos órgãos dirigentes do Partido Não tinha, portanto, a mesma resignação ante sua marginalização política que marca os mentores da *R.B.* Alguns dos principais colaboradores da *R.B.* não faziam parte desta célula e também não privavam do círculo de relações sociais e familiares apontado acima. São eles: Heitor Ferreira Lima, Octávio Brandão e Everardo Dias. Significativamente, nenhum deles possui diploma universitário e sua origem sócio-econômica contrasta com o grupo caracterizado acima. Deles, apenas Heitor Ferreira Lima teve um passado de militância comum com alguns dos mentores da *R.B.*
- 12 - A respeito do passado das famílias de Elias Chaves Neto e Caio Prado Jr. e seus negócios comuns, consultar Darrel (1977).
- 13 - Ver Darrel (1977).
- 14 - Publicado em 1954, o *Dicionário de Autores Paulistas* assim se refere ao Autor de *Evolução Política do Brasil*: «Exerceu durante alguns anos a advocacia no fôro paulistano, mas logo passou a dedicar-se exclusivamente a estudos históricos e políticos, colaborando em revistas e jornais especializados» (Melo, 1954, p. 492).
- 15 - Há uma pequena polêmica a este respeito, condensada em Iglésias (1982, p. 30, 31 e 32). O que não deve passar despercebido é o fato do próprio Caio Prado Jr., na introdução da obra, sugerir esta primazia, afirmando que empregaria um método desconhecido no Brasil.
- 16 - Paulo Alves Pinto, entrevista citada. Acrescenta-se que a revista não publicava anúncios, exceção feita aos lançamentos da própria Editora Brasiliense na contracapa.
- 17 - Os artigos de Jaguaribe a fornecer o embasamento a esta análise são os dois principais artigos que publica em *Cadernos de Nosso Tempo*: “A Crise Brasileira” (CNT, n° 1, p. 120/160, out./dez. 1953) e “Para uma Política Nacional de Desenvolvimento” (CNT, n° 5, p. 47-160, jan./mar. 1960). As citações são retiradas da edição feita por Simon Schwartzman.
- 18 - Esta relação é frisada por Nelson Werneck Sodré (1986, p. 13 a 20), Thomas Skidmore (1976, p. 433-444) e Maria Arminda do Nascimento (1986). A leitura da seção “Panorama Nacional” do segundo número do CNT (janeiro de 54, p. 83 a 176) fornece uma boa medida de seu engajamento. Trata-se de uma peça de campanha pró-Kubitschek. São criticados, diretamente, todas as outras opções políticas (PCB, Ademar de Barros - PSP - e UDN).
- 19 - Trata-se de Florestan Fernandes cujo livro *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, mereceu uma resenha elogiosa de Paulo Dantas no n° 40 da *R.B.*
- 20 - Por exemplo, faça-se o contraste com a crítica desfavorável de Jacob Gorender à *Redução Sociológica (Estudos Sociais, RJ, 1 (3-4): 352, set./dez. de 1958, sob o título “Correntes Sociológicas no Brasil”)*. O texto de Guerreiro Ramos, na opinião de Gorender, demonstraria a forte influência dos modelos sociológicos burgueses no Brasil. O materialismo dialético e histórico é a única alternativa científica a investigação da vida social brasileira etc.
- 21 - A revista participa, por exemplo, da crítica ao livro de Helio Jaguaribe, *O Nacionalismo na atualidade brasileira*, estopim da eclosão de uma violenta luta interna no ISEB. O n° 21 da *R.B.*, de jan./fev. de 1961, traz um artigo destinado ao combate da obra. Trata-se de um exame ideológico do texto, cujo objetivo é criticar a crítica feita pelas forças nacionalistas ao livro, tida por insuficiente porque concentrada exclusivamente na questão da defesa do monopólio do petróleo. Para *Brasiliense*, todo o livro é entreguista, seja na imperfeita definição de nacionalismo que apresenta, seja nas considerações que tece sobre política internacional.
- 22 - A CEPAL está praticamente ausente das páginas da *R.B.* As poucas referências encontradas se pautam por uma crítica que busca ressaltar a insuficiência de suas análises. As referências de Celso Furtado seguem esta mesma trilha. Seu livro *Formação Econômica do Brasil* é criticado contundentemente por Alcindo da Cunha Xavier (pseudônimo de Heitor Ferreira Lima) em resenha publicada no n° 25 da *R.B.* As bases teóricas para esta crítica, estão calcadas em referências e citações de trabalhos de Caio Prado Jr. A *(OPENO) Operação Nordeste* também é criticada por sua timidez no tratamento do problema em problema nordestino em dois artigos assinados por Aguinaldo Costa (ver n°s 27 e 29 da *R.B.* «Em torno da OPENO»).
- 23 - Neste raciocínio há um ponto contraditório jamais enfrentado pelos próceres da *R.B.*, qual seja, o de associar o desenvolvimento do capitalismo

nacional à crise geral do capitalismo da qual seria uma decorrência, ou, na hipótese contrária, um elemento aguçador. Para lá das questões teóricas, é fácil perceber que a burguesia nacional só poderia participar deste projeto se forçada pelas inexoráveis leis objetivas do desenvolvimento histórico.

24 - Os dados utilizados neste capítulo são atualizados a cada nova edição até 1970. A compreensão do processo, no entanto, não é alterada.

25 - Isto porque: “Paralelamente o imperialismo, tão ligado àquele sistema também já se encontra em crise. Não me refiro apenas à sua crise geral, mas às vicissitudes financeiras particulares que sofre no Brasil” (Prado Jr., 1974, p. 297).

26 - Quando estes dois capítulos são lidos juntamente com a introdução de seu livro anterior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, nota-se a incapacidade de Caio Prado Jr. em oferecer uma caracterização precisa e positiva do processo histórico que segue à crise do sistema colonial. A caracterização do presente passa sempre pela referência a um processo de transição onde convivem o novo, «os progressivos de uma economia e germinação», com o velho, «elementos» de um sistema que, em realidade, «já esportou suas potencialidades». A crise, no entanto, continuava sua marcha própria, afastando a conclusão da transição. Após este livro, Caio Prado Jr. praticamente abandona os estudos históricos, mas não deixa de publicar. Eis a lista de seus livros posteriores a 1954. *Dialética do Conhecimento* (2 vol.) em 1952; *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, 1954; *Esboço dos Fundamentos na Teoria Econômica*, 1957; *Introdução à Lógica Dialética* (Notas Introdutórias), 1959; *O Mundo do Socialismo*, 1962; *A Revolução Brasileira*, 1966; *Estruturalismo de Lévi-Strauss - O Marxismo de Louis Althusser*, 1977; *A Questão Agrária no Brasil*, 1979. Todos estes títulos foram lançados por sua própria editora e quase todos mereceram sucessivas edições. O último título citado é uma reunião dos artigos que escreve sobre o assunto para a *R. B.*

27 - A expressão mais acabada do reformismo defendido em *Brasiliense* talvez se encontre no artigo de Caio Prado Jr. para o n.º 34 da revista (março/abril de 1961, p. 46 a 56) sob o título: “O Desenvolvimento Econômico e o Problema da Capitalização”. Segundo o Autor o processo de formação de capitais necessários ao desenvolvimento econômico tende a afetar negativamente as condições de vida da população, em especial o proletariado. Para evitar que este processo histórico clássico ocorra no Brasil, sugere que uma parte dos capitais acumulados forme um fundo administrado pelo Estado, fundo este que teria participação do capital de todas as empresas e aplicaria os benefícios daí decorrentes em programas de assistência social. Note-se a proximidade desta proposição ao modelo keynesiano que criticara em número anterior (ver, C.P. Jr., *R.B.*, n.º7, set/out. 1956, “A Nova Teoria Econômica Ortodoxa”).

28 - A história lhe fora contada por Washington Luís, um parente distante, quando reunidos no exílio «por obra do acaso», em um mesmo hotel em Paris.

29 - A história gira em torno da criação da polícia de carreira pelo presidente Tibiriçá. O objetivo da medida era facilitar a imigração protegendo o trabalhador rural do fazendeiro. Como a imigração era necessária para a expansão da cafeicultura, tal medida atendia aos interesses de classe dos fazendeiros. Não obstante isso, após cumprir seu mandato, Tibiriçá se envolve em pendência com trabalhadores de sua fazenda e não encontra receptividade do delegado às suas demandas. Por isto, vai a Washington Luis, então Secretário da Justiça, pedir a remoção do mesmo, contrariando o espírito da reforma que promovera.

30 - Para maior clareza, consulte-se um número qualquer dos *Cadernos do Nosso Tempo* para fins de contraste. Artigos sobre literatura não têm lugar nesta publicação.

31 - Skidmore, para citar um exemplo, acompanha esta auto-imagem, Ver Skidmore (1976, p. 430 e s.).

32 - As referências a *Anhembi* estão todas calçadas neste texto. Consultar Pereira (1987).

33 - João Cruz Costa é o único professor não ligado a este grupo com presença significativa nas duas revistas. Cruz Costa foi professor do Departamento de Filosofia da USP.

34 - Este Seminário, é, digamos assim, devidamente noticiado nas páginas da *R.B.*, em um artigo de José Arthur Gianotti intitulado «Notas para uma análise metodológica de *O Capital*» (ver *R.B.*, n.º 29, p. 60 a 72), apresentado como resultado do mencionado Seminário. Todos os seus participantes são devidamente nomeados.

35 - Vale observar que os primeiros rumos tomados pela produção sociológica paulista não foram bem recebidos por C. P. Jr. que freqüentara, como ouvinte, alguns de seus cursos. Ver a este respeito a sua crítica a *Cunhas: Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* publicado em *Fundamentos*, vol. 3, n.º7/8, 1948-1949, p. 23 a 30. Os termos de sua crítica seriam retomados na crítica de Octávio Ianni aos estudos de comunidade (ver «Estudos de Comunidades e Conhecimento Científico», *Revista de Antropologia*, S.P., 9(1-2): 110, jul./dez. de 1961), para muitos o principal marco da ruptura da “escola paulista de sociologia” com seu passado e do início de uma redefinição teórica (pautada agora pelo marxismo) e das relações do intelectual com o mundo social.

36 - No relato de Elias Chaves Neto há menções à Conferência de Bandung (abril de 1955) e à defesa da coexistência pacífica como forma de provocar a derrocada do sistema imperialista pelo agravamento de suas próprias contradições (Ver ECN, 1978, p. 142 e 143). Se há relações com a conjuntura política, portanto, estas se localizam no conflito entre as superpotências e não no Brasil.

37 - É preciso não esquecer que C. P. Jr. inicia sua militância política nas fileiras do *Partido Democrático*. Será a sua desilusão com a *Revolução de 30* que levará ao marxismo. Lembrar também a aproximação do «Comitê de Ação» com as forças que estruturavam a *UDN* nos momentos finais do *Estado Novo*. Aliás, como nos informa o próprio Caio Prado Jr., foi ele quem cunhou o nome *UDN*. Para estas informações consultar a entrevista que concedeu ao *Estado de São Paulo* em 11/06/78. Ou seja, sua trajetória política tem alguns pontos de contacto com a de Paulo Duarte.

Bibliografia

MEMÓRIAS

BASBAUN, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: memórias*. São Paulo, Alfa-ômega, 1976.

CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo: memórias*. São Paulo, Alfa-ômega, 1977.

LIMA, Heitor Ferreira. *Caminhos Percorridos: memórias de militância*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

LIVROS

CHILCOTE, R. *The Brazilian Communist Party, Conflict and Integration*. 1922-1972. New York, Oxford University Press, 1974.

PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 7.^a Edição, 1971a.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. **São Paulo, Editora Brasiliense, 11.^a Edição, 1971b.**

_____. *História Econômica do Brasil*. **São Paulo, Editora Brasiliense, 17.^a Edição, 1974.**

_____. *A Revolução Brasileira*. **São Paulo, Editora Brasiliense, 5.^a Edição, 1977.**

SCHWARTZMAN, Simon. *OPensamento Nacionalista e os 'Cadernos de Nosso Tempo'*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5.^a Edição, 1976.

SODRÉ, N. Werneck. *História da História Nova*, Petrópolis, Editora Vozes, 1986.

ARTIGOS

IGLÉSIAS, Francisco. *Um Historiador Revolucionário*, São Paulo, Editora Ática, 1982. (Col. Grandes Cientistas Sociais; Caio Prado Jr., n.º 26).

LIMA, Heitor Ferreira. Revista Brasiliense: sua época, seu programa, seus colaboradores, suas campanhas. In: MORAES, Reginaldo (org.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1986, p. 179 a 192.

NOVAES, Fernando. Caio Prado Jr. na historiografia brasileira. In: MORAES, Reginaldo (org.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, p. 9 a 26.

PEREIRA, Mônica Gouvea. *Anhembi: Criação e Perfil de uma Revista de Cultura*. Textos IDESP, Série História das Ciências Sociais n.º 2, 1987.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os Dirigentes e a Organização. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. vol. 10, São Paulo, 1983, p. 363 a 343.

ENTREVISTAS

Heitor Ferreira Lima - 13/03/87

Paulo Alves Pinto - 26/03/87

FONTES

BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de. *Dicionários Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983*. **Rio de Janeiro, Forense Universitária, 4 volumes, 1984.**

MELO, Luís Correa de. *Dicionários de Autores Paulistas*. Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. São Paulo, 1954.

Este texto é fruto do projeto em andamento *História das Ciências Sociais no Brasil*, subvencionado pela Financiadora de Estudos e Projetos/FINEP.